



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

VIVIANE DE MELO RESENDE

**A NEGOCIAÇÃO DO SIGNIFICADO DE 'PROTAGONISMO JUVENIL'
NO MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA**

**Janeiro de 2008
Oficina nº 296**

Viviane de Melo Resende

**A negociação do significado de ‘protagonismo juvenil’ no movimento
nacional de meninos e meninas de rua:
Uma análise discursiva crítica**

**Oficina do CES n.º 296
Janeiro de 2008**

OFICINA DO CES
Publicação seriada do
Centro de Estudos Sociais
Praça D. Dinis
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:
Apartado 3087
3001-401 COIMBRA

Viviane de Melo Resende

Universidade de Brasília
vivianemelo@unb.br

A negociação do significado de ‘protagonismo juvenil’ no movimento nacional de meninos e meninas de rua: Uma análise discursiva crítica

A participação dos jovens no protagonismo, ela é muito nova, ela está engatinhando. A gente tem o Estatuto aí que é adolescente e o protagonismo é bebê, é criança, porque ele não veio junto. Era para ser, mas ele não veio.
(Entrevista com Vera)

Resumo: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é uma organização não-governamental, com comissões locais em diversos estados do Brasil, voltada para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, tendo como base o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste trabalho, analiso a transcrição de um grupo focal de que participaram jovens que na infância e adolescência foram membros do Movimento e que na juventude mantiveram algum vínculo com a instituição, em alguns casos tornando-se líderes de núcleos de base do Movimento em suas comunidades, na periferia de Brasília. O recorte faz parte do *corpus* de uma pesquisa mais ampla, de caráter participativo e multimetodológico, em que outros métodos etnográficos também foram empregados. O objetivo desta análise é investigar a negociação acerca de um significado em conflito no âmbito do Movimento: o de protagonismo juvenil.

Introdução

Este trabalho é parte de um projeto de doutoramento em andamento, intitulado “Análise de Discurso Crítica e etnografia: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil”, realizado na Universidade de Brasília com a orientação de Izabel Magalhães. Para a realização dessa pesquisa, contei também com a co-orientação de Clara Keating, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, e com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

Na pesquisa, investigo uma gama de dados etnográficos de diversas naturezas e com diferentes grupos de atores sociais envolvidos nas atividades da Comissão Local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua no Distrito Federal (MNMMR/DF). Para este artigo, selecionei um documento etnográfico de grupo focal, realizado com jovens membros da organização, institucionalmente classificados como “ex-meninos/as”, isto é, trata-se de jovens que na infância e/ou adolescência participaram do Movimento como “meninos/as” e na juventude assumiram outras funções na organização ou apenas mantiveram-se em contato.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira, traço uma breve contextualização do MNMMR/DF; em seguida contextualizo o grupo focal em questão e a pesquisa de doutoramento de que faz parte; na terceira seção, discuto a Análise de Discurso Crítica como transdisciplina para a crítica social; por fim, apresento uma análise discursiva crítica (Chouliaraki e Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Resende & Ramalho, 2006) de um recorte da transcrição do grupo focal.

1. Uma breve contextualização da história do MNMMR/DF

Embora a Constituição brasileira adote a teoria da proteção integral a crianças e adolescentes – que se define na responsabilização da família, da sociedade e do Estado por sua proteção –, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é frequentemente desrespeitado (Melo, 2001). Crianças e adolescentes protegidos/as pelo Estatuto comumente desconhecem seu conteúdo e/ ou não sabem a que órgãos recorrer em caso de desrespeito de seus direitos.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) atua nessa lacuna: busca ampliar o conhecimento de jovens acerca de seus direitos. O foco de ação do Movimento é a conscientização de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco devido a sua localização desprivilegiada na distribuição de recursos materiais e simbólicos na sociedade. O conceito de ‘meninos/as de rua’ adotado é amplo: ultrapassa o senso comum de que pertencem a essa categoria apenas crianças e jovens que tiram da rua seu sustento, para abarcar também crianças e jovens de famílias sócio-economicamente excluídas. Sobre esse conceito amplo de ‘meninos/as de rua’ no contexto do Movimento, uma das educadoras da organização, aqui chamada Vera, contou-me em entrevista:¹

¹ Todos/as os/as participantes da pesquisa são referidos/as por meio de pseudônimo.

Aí, eu entrava também nesses conflitos. “Ah mas esses meninos não são meninos de rua”. Porque os meninos de rua eram os meninos que ficavam debaixo da ponte, cheirando cola, fumando maconha e ali naquela vulnerabilidade toda. E os meninos de Pequizeiro não eram meninos de rua! Eram meninos que tinham casa! E aí é que eu fui entender, também tinha esse conflito. “Pô, mas era o Movimento dos Meninos de Rua e está aqui em Pequizeiro. Os meninos todos têm casa”. Mas eram os meninos que estavam envolvidos com gangue, com arma, com droga. Só desse núcleo morreram mais de cinco, que foram presos. Então eu fui entendendo a concepção dos meninos de rua para o Movimento.

[...]

E o Movimento é mais amplo: meninos e meninas, filhos dos trabalhadores, da classe dos trabalhadores. Que está aí. Essa falsa inclusão. Você mora em Oliveira, você está numa casa, mas você não tem escola, você não tem nada! As armas, as drogas, estão tudo lá. Eles estão se matando por falta de política pública. (Entrevista com Vera, gravada em fevereiro de 2007 na sede do MNMMR/DF)²

A organização de meninos e meninas nessas condições é o projeto essencial do MNMMR, posto em prática nos núcleos de base onde esses/as jovens “debatem sua condição social, adquirem conhecimento e despertam para a consciência de seus direitos” (MNMMR, 2005). O centro da proposta, pautada no ‘protagonismo juvenil’, é que por meio da participação ativa o/a adolescente possa envolver-se na solução de problemas reais na comunidade. O que caracteriza o protagonismo juvenil é que o/a jovem emerge como fonte de iniciativa, na medida em que é dele/a que parte a ação; de liberdade, uma vez que na raiz de suas ações está uma decisão consciente; e de compromisso, manifesto em sua disposição de responder por seus atos (Costa, 1998).

No Distrito Federal, o MNMMR/DF procurou manter oficinas acerca dos direitos assegurados no ECA, a fim de favorecer o pensamento crítico e o protagonismo juvenil, em núcleos de base localizados em periferias de Brasília cuja carência de investimento público é notória. A formação dos núcleos de base da Comissão Local do MNMMR no Distrito Federal está intimamente relacionado à atuação de Júlia, outra educadora do Movimento que participou da pesquisa. O envolvimento dessa educadora com o Movimento deu-se quando de sua visita à Comissão Estadual do MNMMR em Pernambuco, no Recife. Ela já atuava com crianças e adolescentes em Pequizeiro, na periferia de Brasília, em seu trabalho como educadora em uma ONG ligada à Igreja Católica. Quando voltou dessa viagem, integrou-se como militante no Movimento, que a essa época mantinha um pequeno escritório no Conjunto Nacional de Brasília. A atuação de Júlia nessa ONG atrelada à Igreja possibilitou seu acesso a uma creche em Pequizeiro, a

² Vera refere-se a duas das cidades em que o MNMMR/DF mantinha núcleos de base. Pequizeiro e Oliveira são nomes fictícios, assim como os nomes das demais cidades da periferia de Brasília aqui citadas.

Espaço Criança, por meio de uma freira que atuava na creche como coordenadora.³ Dentro dessa creche formou-se o que viria a ser o embrião dos núcleos que se espalharam por quatro cidades na periferia de Brasília:

O Espaço Criança, ele era um núcleo dentro de uma creche, que tinha uma coordenadora, assim, mais aberta já naquela época e que me conhecia de Pequizeiro porque eu lutava pelos direitos da criança, já lá nessa minha entidade, articulava. E eu fui desenvolver esse trabalho lá, à convite da Irmã Márcia. Aí eu fui lá um dia, falei do Movimento, o quê que era o Movimento, o quê que o Movimento pensava. (Entrevista com Júlia, gravada em fevereiro de 2007 na sede do MNMMR/DF)

Assim, iniciou-se um processo de nucleação na própria creche, com a atuação de Júlia e um colega, ambos militantes e voluntários no Movimento. Entretanto, com a saída de Irmã Márcia, que “acreditava na organização dos meninos”, da coordenação do Espaço Criança, foi substituída por um “coordenador bem radical, e a primeira coisa que ele fez foi proibir as atividades” (Entrevista com Júlia). As crianças, contudo, não estavam dispostas a abandonar o núcleo, de modo que se formou um grupo independente do Espaço Criança. Júlia trabalhava na outra ONG, aquela ligada à Igreja, durante a semana e aos finais de semana dedicava-se à nucleação.

A divisão do grupo em outros núcleos se deu em decorrência da instabilidade de residência que acompanha a vida dos/as extremamente pobres em Brasília. Vários membros do grupo mudaram-se de Pequizeiro para outras periferias e “como eles não queriam deixar de ser do Movimento, eles começaram a organizar os meninos” em suas novas cidades (Entrevista com Júlia). Algumas crianças mudaram-se com suas famílias para Oliveiras, montando lá um núcleo de base do Movimento; outras famílias mudaram-se para Campina, onde deram origem a outro núcleo; em Pequizeiro formaram-se dois núcleos. Por fim, formou-se o núcleo de Brasiliana.⁴

Durante algum tempo o Movimento contou com recursos de um projeto intitulado ‘Organização de Meninos e Meninas’, financiado pelo *Séjours Catholique*. Isso possibilitava a manutenção de educadores/as atuando no trabalho de nucleação, junto aos grupos formados nas cidades. Com o encerramento desse projeto e o insucesso na aprovação de outros projetos para a área de organização, os núcleos de base do

³ Espaço Criança é um nome fictício.

⁴ A primeira etapa etnográfica de minha pesquisa foi a observação participante junto à sede do MNMMR/DF e aos núcleos de base de Campina e Brasiliana. Somente após um ano de convívio com membros do Movimento é que iniciei a geração de dados de grupo focal e entrevistas. Esse desenho extensivo da pesquisa participante visa garantir a validade dos dados e a inclusão, na investigação, de temas relevantes para os/as participantes.

MNMMR/DF foram enfraquecidos e perderam a metodologia própria do Movimento para a nucleação. Segundo Júlia, um núcleo de base “é um espaço de organização dos meninos. É um espaço que, dentro da metodologia do Movimento, é importante que tenha um educador, que faça reflexão do cotidiano dos meninos e pense formas de mudar os seus problemas ou organizar” (Entrevista com Júlia).

Mas os núcleos de base das periferias de Brasília já não contavam com educadores/as disponíveis para a execução desse trabalho. Um fator agravante foi a aprovação de um projeto para realização de um trabalho de organização junto a um grupo de catadores/as de material reciclável. O envolvimento do Movimento com essa questão iniciou-se por volta de 1998, segundo a história que Vera me contou a respeito e que registrei em minhas notas de campo:

Júlia estava participando de uma exposição no Congresso Nacional e, quando ela estava tirando os bonecos grandes da Kombi, ela conheceu um menino de uns dez anos. Ele veio perguntar sobre os bonecos, ela lhe disse que agora estava com pressa, mas que na volta conversaria com ele e mostraria os bonecos. Ele ficou lá do lado esperando, achando que a Júlia lhe daria alguma coisa. Quando ela voltou, ele ainda estava lá, e então conversaram. Ju lhe perguntou onde ele morava, ele explicou e combinaram de se encontrar no sábado. Morava em um acampamento de catadores/as de papelão. [...]. O Movimento iniciou então um trabalho de educação de rua na comunidade. No início, o trabalho consistia em jogos de futebol aos sábados. Passaram quatro meses jogando futebol nas tardes de sábado com as crianças da comunidade. A maioria das crianças não estudava. O Movimento iniciou o contato com a comunidade. Em uma ocasião, o Movimento levou representantes do *Séjours Catholique*, entidade que apoiava financeiramente a ação do Movimento, para conhecer a comunidade. Eles disseram que escrevessem um projeto. Escreveram. Conseguiram recursos para a compra de uma lona de circo e uma Kombi nova – a velha já estava em frangalhos. As ações eram voltadas para a organização dos/as meninos/as e também dos/as adultos/as. Passaram a ter atividades três vezes por semana debaixo do circo. As crianças já tinham sido incluídas na escola, mas tinham muita vergonha de freqüentar o ambiente escolar. Os membros da equipe de educadores/as, então, começaram a discutir com os/as adultos/as da comunidade sobre a questão da escola, do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e da moradia – o SIVSOLO fazia derrubadas sistemáticas dos barracos de lona e queimava tudo o que as pessoas conseguiam acumular. Nessa época, o circo virou um centro comunitário, onde eram realizadas não apenas as atividades do Movimento, mas também batizados, casamentos, reuniões. O SIVSOLO não se atrevia a derrubar o circo porque não sabia exatamente quem eram as pessoas do Movimento e o que faziam lá. Organizou-se uma carroceata. O GDF propôs ao grupo de catadores/as sua fixação junto à usina de lixo da L2 Sul, mas alguns membros da organização não aceitaram, pois já tinham estado lá e a experiência havia sido ruim. Com a organização de catadores/as, com o Movimento sempre atuante, negociou-se com o GDF a regulamentação de um terreno para a cooperativa. Conseguiram a área na Estrutural onde até hoje está a cooperativa de catadores/as. [...] Hoje a cooperativa conta com a participação de cerca de 120 pessoas. A maior parte desses/as catadores/as, quando do contato inicial do Movimento, era analfabeta. Hoje, 40% dos/as adultos/as já foram alfabetizados. A cooperativa de catadores/as é hoje um movimento articulado nacionalmente com outras organizações comunitárias, com o Governo Federal e Distrital, com o Movimento Nacional de Catadores/as, com o Fórum de Cidadania. Os/as catadores/as cooperativados/as foram enfim inseridos no espaço político. É esse o papel do Movimento: a inserção no espaço político para a luta pelos direitos. Hoje há membros da cooperativa que são lideranças nacionais na luta de catadores/as. São protagonistas e carregam com autonomia sua bandeira. (Nota de Campo registrada em abril de 2006)

Para Júlia, o trabalho com a cooperativa de catadores/as, embora tenha sido um “trabalho belíssimo”, era “outra pressão em cima da gente; um peso terrível”, e a consequência direta disso foi “um hiato na organização dos meninos”. Soma-se a isso uma crise de militância que subtraiu educadores/as ao trabalho. Os/as meninos/as dispersos/as do Espaço Criança, entretanto, “faziam uma pressão porque não queriam sair do Movimento”. A solução encontrada foi passar-lhes a responsabilidade da coordenação dos núcleos: “Aí, o que foi que a gente fez: ‘Ah, vão fazendo aí’”.

Assim, coube a essas jovens “lideranças” a manutenção dos núcleos do Movimento em suas cidades. Maria tornou-se coordenadora do núcleo de Campina; Joana, ao lado de sua irmã Marília, do de Brasiliana; Amanda, do de Oliveiras, e os dois núcleos de Pequizeiro, onde tudo havia começado, deixaram de existir. Esse processo deu-se sem um planejamento prévio, por iniciativa das próprias jovens, motivo pelo qual podemos considerá-las protagonistas dessa história.

Deixar os núcleos ao encargo das jovens, sem a coordenação de educadores/as, fugia à metodologia do Movimento para a organização de meninos e meninas, mas foi a solução aventada para responder às inquietações daquelas jovens e para manter em funcionamento os núcleos de base, ainda que isso não se desse da maneira considerada mais adequada:

Estava rolando umas atividades nas cidades com menos densidade do que é a nucleação mesmo: a Amanda com um grupo lá em Oliveiras; a Maria com o grupo lá em Campina; a Joana e a Marília também, nesse meio tempo, com o trabalho de Brasiliana. Mas, assim, bem solto porque não tinha uma coordenação para garantir a discussão do Movimento. E nem uma equipe. Aí o quê que tinha? Tinha eu, fazia tudo no Movimento, discutia com esses meninos tudo, mas não tem como você planejar e fazer um encaminhamento. E também não tinha como fazer a captação de recursos. Então, assim, houve assim um tumulto nesse processo todo. (Entrevista com Júlia)

Em um contexto de crise desenvolvi minha pesquisa. A conjuntura de dificuldades na captação de recursos, de desarticulação nacional do Movimento e de desestruturação da organização de meninos e meninas foi determinante de minhas (im)possibilidades na pesquisa e dos sucessivos redesenhos a que tive de submeter meu projeto. Por outro lado, mantenho a esperança de que minha pesquisa possa contribuir para o movimento social que me recebeu, não só pela natureza participativa da pesquisa e pelo desenvolvimento de etapas voltadas para aspectos problemáticos da Comissão Local do DF – como as oficinas pedagógicas que realizamos em parceria –, mas também pelo potencial em termos de reflexividade. Refiro-me ao argumento de Bakhtin (1997: 43):

Quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver.

Assim, sendo eu um membro externo ao Movimento, sou capaz de enxergar ficções, representações e contradições que parecem opacas a seus membros internos. De acordo com o mesmo princípio, estes enxergam conflitos da prática acadêmica e podem ensinar-me muitas lições a esse respeito. Aí reside a maior vantagem da pesquisa participativa: na construção conjunta, dividem-se experiências, somam-se conhecimentos e multiplicam-se objetivos.

2. Pesquisa participativa e o grupo focal

A pesquisa de que este artigo é um recorte é de caráter participativo (Demo, 2004), o que implica o envolvimento dos/as participantes na configuração da pesquisa e a atenção, por parte da pesquisadora, à agenda de interesses do grupo que colabora com o processo de pesquisa. Discussões acerca de pesquisas engajadas têm favorecido métodos colaborativos de pesquisa, em que o objetivo do/a pesquisador/a não é apenas pesquisar *sobre* ou *para* sujeitos, mas pesquisar *sobre, para e com* sujeitos participantes da pesquisa (Cameron *et al.*, 1992). Há três princípios que devem ser considerados no desenvolvimento de um projeto de pesquisa colaborativa: (i) o uso de métodos interativos, dialógicos, que são imprescindíveis quando se pretende desenvolver pesquisa dessa natureza; (ii) a abordagem de temas de interesse dos/as participantes, que assegura a incorporação da agenda da comunidade no projeto de pesquisa; (iii) o compartilhamento dos resultados, que garante acesso ao conhecimento especializado e às interpretações geradas pela pesquisa (Cameron *et al.*, 1994).

O método de grupo focal não constava no planejamento inicial da pesquisa, foi inserido por sugestão de Júlia, educadora do MNMMR/DF com a qual tenho relação de trabalho bastante próxima. A educadora percebeu minha preocupação com a desestruturação do MNMMR/DF – o Movimento, que tem 20 anos de existência, encontrava-se em fase de profunda crise financeira, administrativa, pedagógica e de militância, de acordo com representações de membros da organização – e considerou que uma discussão com meninos/as que passaram pelo Movimento antes desse período de crise seria interessante para que eu pudesse tomar conhecimento sobre outra fase das atividades

do MNMMR/ DF. Como meu projeto tem por base a pesquisa participativa, achei por bem acatar a sugestão de Júlia e realizei dois encontros de grupo focal, este a que se refere a análise (a que chamei Grupo Focal 2) e outro, uma semana antes (Grupo Focal 1), ambos em abril de 2006.

Grupo focal define-se como uma técnica de pesquisa que diz respeito à “coleta de dados por meio de interação grupal sobre um tópico determinado” (Morgan, 1996: 130). O método de grupo focal, então, localiza a interação em uma discussão em grupo que é a fonte dos dados. A vantagem do grupo focal sobre a entrevista individual é justamente a interação: por meio do grupo de discussão é possível captar pontos de instabilidade e discordância, negociação de significados, liderança. Gaskell (2005) chama atenção para a necessidade de formulação de um tópico-guia na condução de qualquer tipo de entrevista qualitativa, individual ou em grupo. Para ele, “um bom tópico guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica plausível através dos temas em foco” (Gaskell, 2005: 67). Entretanto, é preciso adotar o tópico-guia, formulado para dar conta das questões de pesquisa, com flexibilidade: algumas alterações de foco podem acontecer devido ao próprio interesse dos/as participantes.

Para os grupos focais realizados na pesquisa, utilizei um tópico-guia centrado em dois eixos temáticos: (1) o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; (2) o protagonismo juvenil. O recorte analisado neste trabalho diz respeito ao segundo, uma vez que meu foco na análise é a negociação acerca do significado de ‘protagonismo juvenil’.

O Grupo Focal 2 foi realizado em 14 de abril de 2006, na sala do MNMMR/DF na Asa Norte, no prédio da Polícia Rodoviária Federal, onde funciona a sede administrativa do MNMMR/ DF. O local onde está situada a sede da Comissão Local do Movimento no DF é conhecido como ‘corredor da cidadania’, em referência às diversas organizações não-governamentais voltadas para os direitos humanos que ali se avizinham. Participaram do grupo focal cinco ‘ex-meninos/as’:

- Maria tem 24 anos, é solteira e tem duas filhas. À época do encontro de grupo focal, atuava como coordenadora do Núcleo de Base do MNMMR/ DF em Campina. É representante do DF no Comitê da Juventude do Comitê Nacional de Direitos Humanos;
- Amanda tem 25 anos, é casada e tem uma filha. À época do encontro, era coordenadora do Núcleo de Base do MNMMR/ DF em Oliveiras, atuando sobretudo na articulação de atividades de cultura e lazer naquela comunidade;

- Rafael tem 20 anos e é solteiro. Esteve em situação de rua durante a adolescência, foi adolescente infrator e cumpriu medida sócio-educativa no Centro de Assistência Juvenil Especializada (CAJE). Depois, durante o período em que esteve em regime de liberdade assistida, passou a viver com sua mãe em Pequizeiro. Entretanto, recentemente foi preso por tráfico de drogas;
- Gabriel tem 22 anos, é solteiro e vive com os pais em Oliveiras. Participou do Movimento na infância e na adolescência, tendo posteriormente deixado de participar diretamente. É estudante universitário, o único entre os/as participantes dos dois encontros de grupo focal a ter ingressado no curso superior;
- Fernanda é irmã mais nova de Maria, é casada e mora na casa dos pais com sua família. Tem um filho de quatro anos e uma filha de dois meses. Participou do Movimento na infância e adolescência, mas atualmente não tem atuação direta na organização.

O recorte selecionado para análise neste artigo concentra-se nas falas das duas ex-meninas que se tornaram líderes dos núcleos de base de suas cidades, pois meu foco é o protagonismo. Antes de passar à análise dos dados, apresento, na próxima seção, algumas reflexões acerca do potencial da Análise de Discurso Crítica para a pesquisa social crítica.

3. Análise de Discurso Crítica como transdisciplina para a crítica social

A Análise de Discurso Crítica (ADC) define-se por uma heterogeneidade de abordagens que, embora diversas, identificam-se com o rótulo ‘Análise de Discurso Crítica’.⁵ Apesar da diversidade, as propostas teóricas/ metodológicas em ADC guardam algumas características em comum, o que confere coerência epistemológica ao campo.

Em primeiro lugar, uma característica fundamental dessas abordagens críticas nos estudos da linguagem é a transdisciplinaridade: o rompimento de fronteiras disciplinares e o reconhecimento de que, para se analisar problemas sociais discursivamente manifestos, é

⁵ Opto pela tradução ‘Análise de Discurso Crítica’ para ‘*Critical Discourse Analysis*’, em lugar de ‘Análise Crítica do Discurso’. Justifico minha escolha pela tradição histórica dos estudos discursivos no Brasil, consolidados com o rótulo ‘Análise de Discurso’. Tome-se como mais um argumento – este diretamente ligado à tradução do termo em si – o texto de van Dijk (1996), em que ambas as formas aparecem: *Critical Discourse Analysis* (84) e *critical analysis of discourses* (102). Parece-me coerente traduzir a primeira por ‘Análise de Discurso Crítica’ e a segunda por ‘análise crítica de discursos’. Para uma reflexão mais detida sobre isso, ver Magalhães, 2005.

preciso operacionalizar conceitos e categorias desenvolvidos pelas Ciências Sociais (Wodak, 2003a).

Algumas abordagens já se tornaram canônicas, como é o caso das propostas de Norman Fairclough, Teun van Dijk e Ruth Wodak, que estabelecem diferentes relações transdisciplinares em suas versões de ADC. Fairclough propõe uma articulação entre Lingüística Sistêmica Funcional e Sociologia (Fairclough, 2003); van Dijk (1989) estabelece diálogo entre Lingüística Textual e Cognição Social; enquanto Ruth Wodak volta-se para a Sociolingüística e a História (Wodak, 1996). Reconhecendo a heterogeneidade, assumo a filiação de meu próprio trabalho de pesquisa à abordagem de Fairclough (2001, 2003, 2006), que sugere que os trabalhos de pesquisa partam da identificação de problemas sociais parcialmente discursivos que possam ser investigados por meio da análise situada de textos (Chouliaraki e Fairclough, 1999).

Uma segunda característica comum às diversas propostas teórico-metodológicas em ADC é seu caráter posicionado. Trata-se de abordagens críticas para o estudo lingüístico-discursivo de textos no sentido de que as pesquisas vinculadas à ADC assumem um posicionamento explícito em face de problemas sociais parcialmente discursivos, isto é, não simulam 'imparcialidade científica'. A partir da identificação de problemas sociais com facetas discursivas, o objetivo é desvelar discursos e ideologias que servem de suporte a estruturas de dominação.

Dessas duas características fundamentais às diferentes abordagens em ADC emerge uma terceira, nem sempre claramente formulada: nos trabalhos em ADC, o 'valor' de teorias e categorias propriamente lingüísticas não é tomado como tácito, mas emerge dos dados e dos objetivos da análise. Explico: a Lingüística é utilizada nos trabalhos de análise discursiva como instrumento para a crítica social. Assim sendo, o objetivo das análises é a crítica social obtida por meio da análise de instanciações discursivas que servem de subsídio e sustentação à crítica de problemas sociais. A utilização de categorias lingüísticas, portanto, justifica-se na medida em que possibilita ao/à analista explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos da vinculação de textos a discursos particulares.

Aqui cabe uma nota sobre a ambigüidade do termo 'discurso' (ver Fairclough, 2003). Em expressões como 'análise de discurso', o termo remete ao elemento discursivo de práticas sociais, visto que toda prática social é composta de momentos que se articulam em relações relativamente estáveis – atividade material, ideologia, relações sociais,

instituições, identidades, discurso (Harvey, 1992; Chouliaraki e Fairclough, 1999; ver também Fairclough *et al.*, 2002). Esses ‘momentos da prática social’ estabelecem entre si relações de internalização, por isso é possível analisar em textos a materialização discursiva, por exemplo, de ideologias. Quando se faz ‘análise de discurso’, então, o objetivo é mapear a relação entre escolhas lingüísticas em textos particulares e outros momentos não-discursivos das práticas sociais em análise.

Por outro lado, quando nos referimos a ‘discursos’ (como substantivo contável [Fairclough, 2003]) particulares, o foco são modos de representação da realidade, maneiras situadas de representar e compreender a realidade, material e social. Assim, podemos nos referir ao discurso político, ao discurso pedagógico, ao discurso neoliberal, ao discurso religioso, etc., e proceder à ‘análise dos discursos’ que estabelecem relação interdiscursiva em textos específicos. Discursos, nesse sentido mais concreto, são elementos que constituem, ao lado de gêneros e estilos, o momento discursivo de práticas sociais, na configuração de ordens de discurso (Fairclough, 2003; ver também Resende e Ramalho, 2006).

Os estudos discursivos têm atraído atenção de pesquisadores/as de diversas áreas da ciência social contemporânea. Segundo Fairclough (2000), esse interesse deve-se, por um lado, a teorias recentes da modernidade, amplamente centradas no papel da linguagem na vida social moderna, e, por outro lado, à “virada lingüística na vida social recente” propriamente dita (Fairclough, 2000: 164). Isto é, tais teorias sociais baseadas na linguagem (a chamada virada lingüística na teoria social) estão na esteira de um processo concreto vivenciado nas práticas sociais contemporâneas: a vida social é cada vez mais mediada por textos e o papel de textos na vida social é cada vez mais saliente em todos os campos da atividade humana, como por exemplo a cultura, a política e a economia (Fairclough, 2006).

Embora essas abordagens teóricas das Ciências Sociais, baseadas na linguagem e no discurso, ajudem a iluminar a questão de como a linguagem adquire maior visibilidade nas práticas sociais – sendo, portanto, muito enriquecedoras para a discussão do discurso na sociedade –, não elaboram investigações empíricas dos modos como essa relação discurso/sociedade se concretiza na prática social (Chouliaraki, 2005). Essa lacuna é superada pela ADC com a consolidação de um corpo teórico da linguagem na modernidade que, alimentado nas Ciências Sociais, apresenta um foco mais específico nos modos como a linguagem figura na vida social, e de um conjunto de métodos para a análise lingüística de

dados empíricos, entendendo o texto – em sentido amplo: escrito, oral, visual, multimodal – como unidade mínima de análise (Wodak, 2003b).

Para dar conta de sua relação com a teoria social crítica em termos teóricos e da dimensão crítica assumida em termos práticos – ou seja, para se configurar uma prática teórica crítica nas fronteiras da Lingüística –, a ADC busca o conceito de práticas sociais, um dos conceitos basilares da ADC, ao lado do de discurso (Resende e Ramalho, 2004). Para Fairclough (2000: 167), a análise das práticas sociais constitui um foco “teoricamente coerente e metodologicamente efetivo” porque permite conectar a análise das estruturas sociais à análise da (inter)ação, o que busca superar a já amplamente discutida divisão entre teorias da estrutura e teorias da ação (sobre a dialética entre estrutura e ação, ver por exemplo Giddens, 1989; Bhaskar, 1989; Bourdieu, 2002; ver também o interessante trabalho de Peters, 2006).

De acordo com Harvey (1992), toda prática social é composta de momentos que se articulam e não podem ser reduzidos um ao outro. Na recontextualização do Materialismo Histórico-Geográfico de Harvey para a ADC (Chouliaraki e Fairclough, 1999), os momentos constituintes de uma prática social são discurso, atividade material, relações sociais e fenômeno mental. Nessa perspectiva, o discurso é considerado um momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais assim como é informado por eles, em uma relação dialética de articulação (Laclau e Mouffe, 2004; ver também Resende e Ramalho, 2006).

É importante ressaltar que nessa ontologia se mantém, da teoria de Harvey, a noção essencial de que esses elementos da prática, embora em relação de internalização, não se podem reduzir um ao outro. Os componentes ontológicos do mundo social, nessa perspectiva, são: estruturas e ações sociais, práticas e eventos, relações sociais, identidades, ideologias e discursos. A irredutibilidade dos momentos da prática significa: (i) que ideologias, relações sociais e atividade material não podem ser reduzidas ao discurso e (ii) que uma alteração na configuração interna de um momento causa uma alteração na configuração da prática e, por conseguinte, também da rede de práticas de que ela faz parte.

Uma característica relevante das práticas sociais é sua articulação em redes relativamente estáveis. As redes de práticas são organizadas nas diversas áreas da vida social, ou campos (Bourdieu e Wacquant, 2005), e tanto a articulação das práticas em redes quanto a organização dos campos são sistemas abertos à mudança social (Fairclough,

2000). Isso porque as pressões pela manutenção das continuidades são parte da luta hegemônica e toda hegemonia é um equilíbrio instável (Gramsci, 1995).

A articulação entre as redes de práticas assegura que a hegemonia é um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais, incluído o discurso. Fairclough (1997) define duas relações que se estabelecem entre discurso e hegemonia. Em primeiro lugar, a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma do momento discursivo em interações verbais, por meio da dialética entre discurso e sociedade – hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas também no discurso. Em segundo lugar, o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, pois o poder de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas que o sustentem. Uma vez que a hegemonia é conceituada em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Isso porque os atores sociais, individuais ou coletivos, embora não gozem de plena liberdade dados os constrangimentos oriundos da estrutura social, são dotados de relativa liberdade na rearticulação/ transformação de práticas sociais. Obviamente essa ‘liberdade relativa’ é dependente da disponibilidade de recursos materiais e simbólicos que sustentem a ação social criativa.

Em termos discursivos, a luta hegemônica é percebida como disputa pela criação/ sustentação de um *status* universal para determinadas representações particulares – do mundo material, mental e social –, ou seja, para certos discursos que podem ser internalizados em modos de (inter)ação social e em modos de identificação (Fairclough, 2003). Considerando-se que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força (Foucault, 1997), a ideologia figura como elemento essencial para a sustentação de relações hegemônicas em um dado contexto histórico. O conceito aberto de hegemonia, recontextualizado de Gramsci, reforça o papel da ideologia no estabelecimento e na manutenção de relações de dominação, uma vez que a naturalização de práticas particulares é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder (Thompson, 1995).

O foco nessas perspectivas ontológicas oriundas de desdobramentos recentes das Ciências Sociais garante à ADC uma abordagem social de textos, o que tem implicação direta no tipo de análises de textos formuladas por pesquisadores/as em ADC. Isso porque não há separação entre as perspectivas social e lingüística nas análises, ao contrário, uma

análise discursiva crítica será tanto mais eficiente quanto maior for a integração entre os pressupostos articulados na relação transdisciplinar.

Ainda que as relações com disciplinas das Ciências Sociais sejam fundamentais para a constituição da ADC como transdisciplina, sua origem identifica-se nos estudos lingüísticos, mais especificamente na Lingüística Crítica (LC), desenvolvida na década de 1970 na Universidade de East Anglia (Wodak, 2003a). Embora Wodak chegue a igualar a LC à ADC, utilizando os dois rótulos como permutáveis em seu texto, Magalhães (2005: 3) argumenta que “considerar a ADC como uma continuação da LC é uma redução de questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC”. Pode-se dizer, então, que a ADC ampliou em termos de teoria e de aplicação a tradição de estudos lingüísticos a que se filia (Resende e Ramalho, 2006).

Em termos teóricos, a ADC explicita uma diferença notável, em relação à LC, no modo de entender a dialética entre linguagem e sociedade, avanço relacionado à articulação estabelecida com a teoria social recente no que se refere especificamente às teorizações que buscam “a superação da divisão improdutiva entre teorias da estrutura e teorias da ação” (Fairclough, 2000: 170). Para Fowler (2004: 209), um dos fundadores da LC, as representações lingüísticas são “moldadas por sistemas de valores que estão impregnados na linguagem”, ou seja, na perspectiva da LC que deu origem à ADC, as representações lingüísticas refletem as estruturas sociais. Já para a ADC, a relação entre linguagem e sociedade é interna e dialética (Fairclough, 1989), isto é, textos como parte de práticas sociais não apenas recebem informação oriunda das estruturas sociais como também têm efeitos na reprodução/ transformação dessas mesmas estruturas. Por isso relações sociais e identidades apresentam uma “faceta discursiva” (Magalhães, 2004) e são (re)criadas em instâncias discursivas concretas.

Em termos de escopo e aplicação, a ADC acrescentou aos estudos lingüísticos um interesse na investigação do aspecto discursivo de práticas problemáticas na vida social contemporânea (Chouliaraki e Fairclough, 1999). Nesse sentido, a “dimensão crítica relaciona a ADC com uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (Magalhães, 2005: 6), e uma consequência disso é a incorporação de questões que antes pareciam alheias ao campo da Lingüística (Martins, 2005). Uma dessas questões é a pobreza, a precariedade a que estão expostas tantas pessoas ao redor do mundo, problema que inspira meu próprio trabalho. Outras questões que se têm mostrado pertinentes são os preconceitos de raça e gênero e os modos como são veiculados na mídia e em ambientes

institucionais, a exclusão de portadores de deficiências ou necessidades especiais, as políticas de imigração no contexto do novo capitalismo, o *status* hegemônico do discurso neoliberal e sua naturalização em diversos tipos de texto, etc.

Em termos de métodos para análise de textos, as diversas versões de ADC se apropriam de conceitos e categorias desenvolvidos por vertentes da Lingüística Funcional – a Lingüística Textual, a Sociolingüística, a Pragmática, a Lingüística Sistêmica Funcional, etc. – e os põem em funcionamento para seus objetivos de crítica social. Isso significa que não se limitam a utilizar conceitos e categorias já desenvolvidos pela teoria lingüística, mas que os recontextualizam para seus propósitos analíticos. (Em outra ocasião, já refleti sobre o desenvolvimento e a ampliação de pressupostos da Lingüística Sistêmica Funcional pela versão de ADC de Fairclough, motivo pelo qual me esquivo de repeti-lo aqui; ver Resende, 2007).

Assim, a articulação das categorias lingüísticas de análise se justifica pela relação que possibilitam estabelecer entre os recursos lingüísticos mobilizados em textos e categorias sociológicas como poder, hegemonia, ideologia, identidade. Isso pode fazer crer que a análise lingüística é um elemento menor da crítica sociodiscursiva, o que não é verdade: analistas de discurso críticos/as prezam, ao contrário, análises textualmente orientadas capazes de mapear escolhas lingüísticas em contextos sociais amplos, a fim de desenvolver uma compreensão acurada do funcionamento social da linguagem. Ao invés de meramente descrever estruturas lingüísticas e sua atualização em textos, esses/as analistas interessam-se por explicá-las em termos da natureza das práticas sociais, focalizando as relações entre as estruturas lingüísticas selecionadas e relações de poder que atravessam a sociedade (van Dijk, 2001).

A vantagem de uma análise de discurso textualmente orientada é oferecer subsídios para uma análise social fundamentada em dados lingüísticos que sustentem a crítica explanatória. Por meio de análises discursivas críticas, é possível identificar conexões entre escolhas lingüísticas de atores sociais ou grupos e os contextos sociais mais amplos nos quais os textos analisados são formulados. Assim, é gerado conhecimento acerca da internalização de discursos na construção de identidades e na constituição de relações sociais, acerca da utilização de estruturas lingüísticas com propósitos políticos, acerca da distribuição desigual do acesso a elementos discursivos, acerca da relação entre os momentos discursivos e não discursivos de práticas sociais específicas.

A ADC, então, provê meios para investigar os modos como a linguagem figura na vida social, possibilitando o desvelamento da universalização de discursos particulares e da vinculação de textos particulares a ideologias, entendidas como construções simbólicas a serviço da manutenção de estruturas de dominação (Thompson, 1995). Por isso a ADC é considerada uma ferramenta poderosa para pesquisas comprometidas com um engajamento ético e político, uma vez que um objetivo de pesquisas dessa natureza é apontar como certos discursos naturalizam as injustiças sociais e dissimulam problemas sociais, e mostrar como isso se atualiza em instâncias discursivas concretas, a partir de uma análise minuciosa de elementos estruturais nos textos.

Considerando que significados ideológicos são tanto mais eficazes quanto menos transparentes (Bakhtin, 2002; Fairclough, 1989) e que análises discursivas podem contribuir para o desvelamento de ideologias em textos, a análise textualmente orientada de instâncias discursivas assume relevância na crítica social contemporânea. Por meio desse tipo de análise é possível demonstrar empiricamente o papel da linguagem na sociedade, conferindo uma resposta de base lingüística às inquietações de cientistas sociais acerca do discurso e consolidando o papel de lingüistas críticos/as em redes transdisciplinares engajadas no trabalho científico como forma de crítica social e luta emancipatória.

4. Análise discursiva crítica do recorte do grupo focal

A análise do recorte do grupo focal baseia-se em três aspectos: a discussão em torno da questão “o que é protagonismo juvenil”; a oposição entre dois significados de protagonismo que emergem no recorte – o protagonismo no controle da própria vida (no mundo da vida) e o protagonismo nos espaços políticos (na esfera pública); a contradição entre a necessidade de autonomia para se exercer ação protagonista e a dependência de uma instituição legitimadora.

A discussão sobre a definição de protagonismo juvenil é dominada por Maria e Amanda. Gabriel e Fernanda tomam a palavra três vezes cada qual; Gabriel arrisca uma definição de protagonismo juvenil e Fernanda manifesta-se sobretudo para fazer provocações a sua irmã Maria. Rafael não participa desse debate. O recorte inicia-se assim:

- (1) **Viviane:** Então o próximo eixo temático é o protagonismo juvenil. Então eu começo do mesmo jeito que eu comecei hoje, perguntando o que é o Movimento, para esse eu começo perguntando o que é o protagonismo juvenil.

Fernanda: Vai, Gabriel, fala aí, também. É para ter a sua opinião própria, não é? Sobre protagonismo juvenil. Era para ter a sua opinião própria, não era o que a gente tinha no Movimento?

Amanda: Também é ter uma opinião própria, é participar das mudanças. Mudança constante para ser protagonista.

Viviane: Nada a dizer sobre protagonismo juvenil? Gabriel?

Gabriel: Eu posso dizer o quê sobre protagonismo juvenil, que eu estava participando também?

Viviane: Não sei. Você tem alguma coisa a dizer sobre protagonismo juvenil?

Gabriel: Não sei. Depende em relação ao quê.

Viviane: O que é o protagonismo juvenil.

Gabriel: O protagonismo juvenil? No meu ponto de vista, lá foi uma coisa tipo, assim... de integração, né? O jovem protagonista, ele é um jovem que interage. Se ele é protagonista, no caso, ele consegue participar de determinadas situações. Não é isso mais ou menos?

Gabriel é constrangido a participar no debate, em primeiro lugar por Fernanda, que em tom provocador desafia-o a uma “opinião própria”, fazendo referência ao trabalho de nucleação do Movimento (“opinião própria, não era o que a gente tinha no Movimento?”).⁶ Depois Gabriel é novamente levado a manifestar-se, dessa vez por mim, quando apresento duas questões diretamente dirigidas a ele. Em suas respostas, Gabriel lança mão de recursos de evasão, como as interrogativas (“Eu posso dizer o quê sobre o protagonismo juvenil?”, “O protagonismo juvenil?”), as modalizações epistêmicas baixas, denotando indefinição (“uma coisa tipo, assim...”, “no caso”) ou sugerindo baixa afinidade com o conteúdo expresso (“de integração, né?”, “não é isso mais ou menos?”).⁷ Assim, as intervenções de Gabriel indicam um desconhecimento do assunto, o que também se pode depreender da ausência de definições por parte de Fernanda e Rafael, embora não seja possível afirmar com certeza se não se expressaram porque não sabiam ou porque não quiseram.

⁶ Essa referência a ‘ter opinião própria’ volta a influenciar o debate no grupo focal mais adiante, e é um dos aspectos do Movimento salientados em outras interações etnográficas da pesquisa. Por exemplo, as entrevistas com Joana: “um ambiente aonde tem várias crianças que podem se expressar, participando”; com Vera: “é um processo de participação que os meninos têm voz”; com Júlia: “o menino que participa, que fala”.

⁷ A questão da modalidade diz respeito a quanto as pessoas se comprometem quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Afirmações e perguntas referem-se à troca de conhecimento, enquanto demandas e ofertas referem-se à troca de atividade, e todas essas funções discursivas relacionam-se à categoria ampla da modalidade. Em trocas de conhecimento, a modalidade é epistêmica, diz respeito ao comprometimento com a ‘verdade’; em trocas de atividade, a modalidade é deontica, refere-se ao comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade. Afirmações, perguntas, demandas e ofertas podem ser construídas com modalidade categórica ou podem receber diferentes graus de modalização. Isso significa que o comprometimento com a verdade/ falsidade de uma afirmação ou pergunta e o comprometimento com a obrigatoriedade/ necessidade de uma demanda ou oferta podem ser categóricos ou podem ser reforçados/ mitigados por uma modalização de alta/ baixa afinidade. Além disso, a modalidade pode ser objetiva ou subjetiva. Na modalidade objetiva, a base subjetiva do julgamento está implícita, não ficando claro qual o ponto de vista privilegiado na representação; na modalidade subjetiva, a base subjetiva para o grau de afinidade com a proposição é explicitada, esclarecendo que a afinidade expressa é do/a próprio/a falante (Halliday, 2004; Fairclough, 2003).

Na sequência, a interação apresenta formulações acerca de protagonismo juvenil que oscilam entre (i) ter uma opinião própria; (ii) ser referência; (iii) repassar conhecimento na comunidade. Vejamos as definições referentes ao primeiro caso no excerto do exemplo (2):

- (2) **Amanda:** Também é ter uma opinião própria, é participar das mudanças. Mudança constante para ser protagonista.

[...]

Viviane: No sábado [anterior, por ocasião do Grupo Focal 1], quando a gente falou sobre isso, de protagonismo juvenil, acho que foi você, Amanda, que disse que ser protagonista era ter um desejo de mudança, ter uma opinião sobre as coisas que acontecem e ter um desejo de mudança. É isso mesmo?

Amanda: Não, você tem que ter a sua opinião. Por exemplo...

Maria: Não só o desejo de mudança.

Amanda: Mas assim, olha, exemplo, eu dou uma opinião aqui, “Você tem que concordar com isso”. Porque mesmo ela não concordando, ela vai concordar? Não. Ela tem a opinião dela, ela tem que falar a opinião dela, você entendeu?

Maria: Eu acho que ser protagonista, eu acho que é você ter vontade, sede de mudança. Você ter a sua opinião própria, muitos jovens têm. Mas não é protagonista. Porque aí eles acabam deixando aquela opinião própria. A sede de mudança é por conta de uma outra pessoa que está superior a ele e faça que ele não desista daquilo tudo, naquele momento. Ser protagonista é você ter que ter voz, você ter voto, você poder ir, opinar e aquilo acontecer. E se você tiver errado, você ter que entrar no consenso; se você tiver certo, você ir até o fim.

A introdução do tema da ‘opinião própria’ no debate é influenciada pela intervenção de Fernanda, voltada a Gabriel e transcrita no exemplo (1). A primeira intervenção de Amanda nesse exemplo (2) é a sequência imediata à fala de Fernanda; Amanda retoma o termo introduzido na sequência anterior para formular a primeira definição direta de protagonismo juvenil na interação. Depois, o tema é reintroduzido por mim, na pergunta que fiz a Amanda sobre o Grupo Focal 1. A resposta de Amanda a minha questão conduz o debate que se instaura entre Maria e Amanda no trecho em destaque. Organizemos o trecho no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Protagonismo e opinião própria

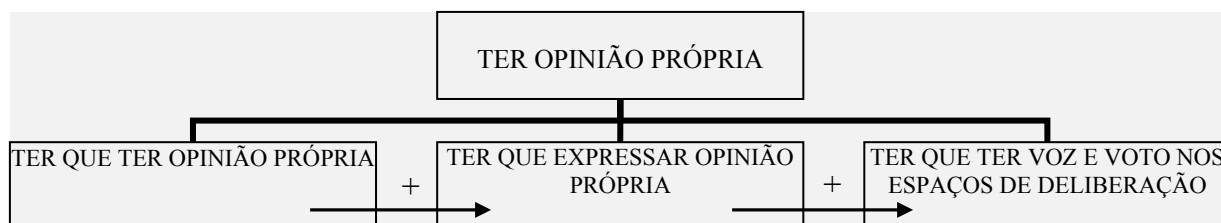
Amanda	Também é ter uma opinião própria, é participar das mudanças. Mudança constante para ser protagonista. Não, você tem que ter a sua opinião. Por exemplo... Mas assim, olha, exemplo, eu dou uma opinião aqui, “Você tem que concordar com isso”. Porque mesmo ela não concordando, ela vai concordar? Não. Ela tem a opinião dela, ela tem que falar a opinião dela, você entendeu?
Maria	Eu acho que ser protagonista, eu acho que é você ter vontade, sede de mudança. Você ter a sua opinião própria, muitos jovens têm. Mas não é protagonista. Porque aí eles acabam deixando aquela opinião própria. A sede de mudança é por conta de uma outra pessoa que está superior a ele e faça que ele não desista daquilo tudo, naquele momento. Ser protagonista é você ter que ter voz, você ter voto, você poder ir, opinar e aquilo acontecer. E se você tiver errado, você ter que entrar no consenso; se você tiver certo, você ir até o fim.

A primeira intervenção, de Amanda, esclarece – em resposta a Fernanda – que ter opinião é uma parte do que define o/a protagonista, mas não encerra a definição (“*também é*”), sentido completado em “é participar das mudanças”. Depois, Amanda introduz uma modalização de obrigatoriedade (“*tem que ter a sua opinião*”). As duas primeiras falas de Amanda indicam, então, que ‘ter opinião’ não é condição suficiente mas é condição necessária ao protagonismo. Também é com modalizadores de obrigatoriedade que Amanda acrescenta a necessidade da expressão dessa opinião própria: não basta ter opinião, “*tem que falar a opinião*”, é preciso ser capaz de pontuar sua posição.

Maria acrescenta o elemento de discordância em relação à definição de Amanda: não basta ter opinião e saber expressá-la, é preciso também “ter voz, voto, poder ir, opinar e aquilo acontecer” – é necessário que a opinião do/a protagonista tenha um peso na coletividade, é preciso ter acesso aos espaços de deliberação e que da deliberação resulte uma ação. A expressão desses elementos acrescentados também é modalizada como obrigatoriedade. Maria introduz também outro elemento ligado à opinião: o consenso. Mais uma vez, na expressão do equilíbrio entre a firmeza de opinião e a flexibilidade da busca do consenso, a modalização deontica de obrigatoriedade é observada.

Assim, temos nesses quatro excertos destacados no Quadro 1 um crescendo que se define pelo refinamento da formulação de protagonismo juvenil em relação à opinião e pelo fortalecimento expresso no uso de modalizações deonticas, como ilustra a Figura 1:

Figura 1 – Refinamento da definição de protagonismo juvenil como ‘ter opinião própria’



Há ainda outro aspecto acrescentado na definição de protagonismo de Maria, expresso de modo menos explícito: a opinião própria que define um/a protagonista precisa estar ligada a um desejo de mudança. Essa “sede de mudança” é que implica a força da opinião. Vejamos novamente o que disse Maria ao final do trecho destacado em (2):

Eu acho que ser protagonista, eu acho que é você ter vontade, sede de mudança. Você ter a sua opinião própria, muitos jovens têm. Mas não é protagonista. Porque aí eles acabam deixando aquela opinião própria. A sede de mudança [nesse caso] é por conta de uma outra pessoa que está superior a ele e faça que ele não desista daquilo tudo, naquele momento.

Embora a relação entre “sede de mudança” e opinião própria não esteja estabelecida de modo explícito, é possível resgatá-la atentando para a relação causal marcada por ‘porque’. É a relação causal que esclarece ser a sede de mudança a responsável pela firmeza de opinião. Mas, segundo Maria ainda nesse trecho, a “opinião própria” só será resistente caso a “sede de mudança” seja intrínseca, seja uma característica própria do indivíduo, e não uma imposição de fora.

Outra formulação de protagonismo juvenil trazida ao debate – discutida também no Grupo Focal 1 – define-o em termos de ocupar uma posição referencial na comunidade, ser líder, mobilizar outras pessoas.⁸ Vejamos os trechos destacados em (3):

- (3) **Viviane:** É, porque eu estava pensando quando eu estava transcrevendo a fita [do Grupo Focal 1]. Porque desejar mudança, todo mundo deseja. Mas não é isso que faz você ser protagonista. O protagonista é a pessoa que...
Maria: Faz acontecer.
Amanda: Faz a diferença também, né? Ele é referência.
[...]
Maria: (...) O quê que é um protagonista? Não é você ser o diferencial? Não é você tomar decisões?
[...]
Maria: [...] Eu posso ser essa pessoa de chamar, de organizar e de articular, não posso?
[...]
Maria: A própria palavra fala: “protagonista”, o quê que... Por exemplo, quando alguém começa uma novela, quem é o protagonista da novela? Não é a pessoa que sempre [se] destaca?
Viviane: Hum-hum. O personagem principal.
Maria: Então, o protagonista é isso. Ele vai ser o personagem principal de uma ação dentro da comunidade, ele vai ser a pessoa que vai articular, vai mobilizar, vai chamar. Você entendeu? Protagonismo é isso.

Esses trechos são marcados pelo uso repetido de orações interrogativas na expressão das definições de protagonista. As estruturas interrogativas poderiam indicar baixa afinidade epistêmica com as proposições, dúvida, hesitação na formulação discursiva do conceito. No entanto, parece-me que caracterizam a adoção de um tom didático. Acredito que as duas jovens que tiveram atuação como protagonistas em suas comunidades – e que dominaram, como vimos, essa interação no grupo focal –, percebendo a incapacidade dos

⁸ Para uma discussão acerca do significado de protagonismo como papel referencial de liderança, ver Resende, 2006.

demais membros do grupo em formular definições acerca do tema debatido, e em resposta a minha insistência na questão, acabaram por assumir esse tom instrucional marcado por perguntas retóricas. A última intervenção de Maria no trecho confirma essa análise: “Você entendeu? Protagonismo é isso.”

Uma terceira definição de protagonismo juvenil identificada na amostra discursiva em análise caracteriza o/a protagonista como transmissor/a de conhecimento. Essa definição se ilustra na fala de Maria, transcrita no exemplo (4):

- (4) **Maria:** Aí, então, ser protagonista, eu creio que é isso, é você ser a referência. Por quê que a gente faz aqui no Movimento o *Fala Juventude*, que era formado por protagonistas? Por que o *Chic.com*? A *Caravana [da Cidadania]*?⁹ Porque a intenção desses projetos era você vir, se formar, ter o conhecimento e depois você levar para a comunidade. Mas você ia ser o protagonista. Você vai ser o protagonista da sua comunidade. Você vai levar o que você aprendeu dentro daquele grupo para poder expandir dentro da comunidade.

De acordo com essa representação de protagonismo juvenil, o papel de protagonista pressupõe uma trajetória em quatro passos, aos quais, com base no exemplo (3), podemos agregar um quinto. São eles:

1. “vir” [para uma organização]
2. “se formar, ter o conhecimento” [aprender “dentro daquele grupo”]
3. “levar [o conhecimento adquirido] para a comunidade”
4. “expandir [o conhecimento] dentro da comunidade”
- [5. tornar-se referência na comunidade]

A formulação de protagonismo em termos de uma trajetória de vai-e-volta entre comunidade-organização-comunidade representa a ação protagonista como dependente de conhecimentos produzidos fora da comunidade, não emergente das próprias necessidades da comunidade nem de conhecimentos/ estratégias produzidos em seu interior. Isso sugere uma relação de dependência da comunidade em relação à instituição – ou da periferia em relação ao centro – que se traduz também na dependência das jovens em relação ao Movimento.

O segundo tópico identificado no recorte do grupo focal é a oposição entre dois significados de protagonismo que emergem no texto. O primeiro relaciona-o ao controle da própria vida, ou seja, trata-se do protagonismo no mundo da vida, no domínio da ação

⁹ Maria refere-se a projetos anteriores do MNMMR/DF.

cotidiana. O segundo refere-se ao protagonismo em espaços de deliberação política – na esfera pública, definida como espaços em que pessoas deliberam como cidadãos sobre questões sociais e políticas (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Habermas, 2003). Essa divisão do conceito de protagonismo é discutida no trecho transcrito a seguir:

(5) **Maria:** [...] E você achar os espaços. Porque ser protagonista, assim, todo mundo é protagonista da sua vida. Só que você ser protagonista dentro de uma ONG, ser protagonista dentro de um espaço político, aí que é a questão aonde o bicho pega, principalmente em espaços políticos, que você vai ser protagonista. Isso é muito complicado.

Viviane: É, porque eu estava pensando quando eu estava transcrevendo a fita [do Grupo Focal 1]. Porque desejar mudança, todo o mundo deseja. Mas não é isso que faz você ser protagonista. O protagonista é a pessoa que...

[...]

Maria: Mas é como eu falei. Para você achar esse espaço de protagonista é muito difícil. Porque você é visto como... Você é tachado como o encrenqueiro, você é tachado como: “Ai, vem ali a menina briguenta” [ri]. E é aquela questão daquela cultura do contexto que a gente vive de que os adultos não dão muito crédito para a gente que é jovem. Se você não tem uma formação profissional, se você não tem uma formação acadêmica, minha filha, aí então que você não é vista como nada.

Em sua primeira fala no trecho destacado, Maria identifica três espaços de protagonismo, que são organizados textualmente em níveis crescentes de complexidade. Isso é ilustrado na Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Caráter crescente da complexidade do protagonismo no exemplo (5)



Esse caráter crescente da complexidade envolvida na ação protagônica em cada um dos espaços deixa marcas textuais recuperáveis: no caso de complexidade mínima, o protagonismo no mundo da vida, que se refere às pequenas decisões rotineiras da vida cotidiana, não há qualificadores que descrevam a atividade e ela é atribuída ao conjunto de seres humanos (não farei referência aqui aos casos contemporâneos de escravidão ou a

outros casos de subjuço extremo, embora seja um discussão possível); disso resulta sua representação em termos universais, pois o processo relacional atributivo identifica “todo mundo” com “protagonista da própria vida”. A ausência de qualificadores e circunstâncias pinta um quadro de baixa complexidade desse tipo de protagonismo, em comparação com os outros dois espaços textualmente construídos.

Em oposição a esse protagonismo no mundo da vida está o “protagonismo dentro de uma ONG, dentro de um espaço político”. A oposição é explicitamente marcada na superfície textual por “só que” e, depois, por “aí é que é a questão aonde o bicho pega” – “aí é que está o xis da questão”, “aí é que são elas”. Essa estrutura “aí é que” marca a oposição com o expresso anteriormente, e o qualificador “aonde o bicho pega” (apesar da utilização do advérbio de lugar, que poderia sugerir o papel de circunstância, trata-se de gíria com função de especificação da complexidade da “questão” qualificada) esclarece a qualidade dessa diferença.

A essa oposição acrescenta-se outra nuance na sequência, sugerindo uma subdivisão dentro do anteriormente definido como protagonismo na esfera pública. Com “principalmente em espaços políticos”, Maria separa a ação protagônica “dentro de uma ONG” daquela desempenhada, diretamente, nos espaços de deliberação política – uma coisa é a atuação protagônica dentro dos limites protegidos da ONG de que se faz parte, outra é lançar-se aos espaços externos onde atuam os atores políticos e cuja deliberação se pretende influenciar. Esse terceiro espaço recebe o mais alto grau de complexidade na gradação, notadamente pelo uso dos advérbios “principalmente” e “muito”, o primeiro construindo o aspecto circunstancial e o segundo pré-modificando o qualificador “complicado”. Assim se marca textualmente a construção da oposição entre protagonismo no mundo da vida e na esfera pública, e da gradação entre protagonismo dentro de uma ONG e em espaços políticos.

Em sua segunda intervenção no trecho, Maria esclarece o significado de “E você achar os espaços”. A primeira parte dessa fala de Maria apresenta elementos claramente identificáveis também na entrevista de Vera: a necessidade de se ‘cavar espaço’ para a ação protagônica e a indisponibilidade de adultos/as para ouvir jovens. Vejamos:

Então, a gente sabe que isso também é um processo lento, você se sentir parte. Até porque, no Brasil, você não tem esse espaço político, é um espaço que você tem que cavar, principalmente para jovens, dar voz para jovens na escola, na comunidade. Ser protagônico não é uma coisa fácil. (Entrevista com Vera)

Parece ser uma voz institucional internalizada, um discurso do Movimento de que seus membros se apropriam em suas representações. A conquista do “espaço de protagonista” por jovens, tanto na representação de Maria quanto na de Vera, é representada como difícil – “é muito difícil” para Maria; “não é uma coisa fácil” para Vera.

Tanto em uma quanto em outra representação, essa dificuldade é relacionada a uma “cultura adultocêntrica” (o termo foi utilizado por Maria no Grupo Focal 1). No caso de Maria, outro obstáculo representado é a falta de formação profissional: “Se você não tem uma formação profissional, se você não tem uma formação acadêmica, minha filha, aí então que você não é vista como nada”. A utilização reiterada do condicional ‘se’ denota, na representação, como a legitimidade da ação protagônica encontra-se condicionada a instituições – profissionais ou acadêmicas. Daí viria a relação de dependência das jovens em relação ao Movimento, já identificada em outros dados da pesquisa? Na falta da legitimação profissional ou universitária, o Movimento torna-se a instituição legitimadora que lhes permite “achar esse espaço de protagonista”? Para Vera, sim:

É difícil organizar, não é fácil arranjar parceiro na comunidade, você é discriminado, ninguém ouve adolescente, é difícil recurso; empresário não vai financiar uma menina que tem sonho, ele vai financiar um projeto que já tem nome. (Entrevista com Vera)

Isso nos leva à terceira questão levantada nesta análise do grupo focal: a contradição entre necessidade de autonomia e dependência de uma instituição legitimadora. Vejamos o exemplo (6):

(6) **Fernanda:** Você sabe falar sobre protagonismo, Maria? Você sabe o que é?

Maria: Protagonismo? Eu acabei de falar.

Viviane: O quê que vocês acham que acontece nas oficinas? Porque você faz uma oficina de protagonismo, você estava trabalhando na organização [do núcleo de base da comunidade]...

Maria: Deixa eu te falar. Novo ensaio, no meu ponto de vista. Vou dar um exemplo meu. No começo, para mim ser protagonista foi muito complicado. Porque, por exemplo, dentro de uma instituição, você é protagonista, mas você tem que ter uma instituição-âncora para poder estar te auxiliando nesse protagonismo. Porque não adianta também você ir lá e gritar: “Ai, quero e pronto!”. E aí? Sabe, em nome de quem? [...]

Viviane: Será que é uma palavra que assusta?

Maria: Porque, na verdade, o protagonismo é um pouco você ser independente. Ser um pouco independente nas suas ações, de tudo assim. Aí quando você vai falar “protagonismo juvenil”... só que será que você é realmente independente? Aí tem que fazer a reflexão.

O excerto destacado em (6) é a sequência de um trecho da interação em que questiono o fato de o conceito de protagonismo juvenil estar muito presente no discurso do Movimento (“Na página da Internet, em tudo o que você lê sobre o Movimento, está lá

'protagonismo juvenil'", disse eu) e, contraditoriamente, ser um conceito escorregadio para ex-meninos/as do Movimento. Perguntei: "Por que será que as pessoas não lembram o que é isso, Maria?". Quando ela ensaiou uma resposta a essa minha questão, Fernanda, sua irmã, deu início ao trecho em (6), interrompendo-a em tom desafiador: "Você sabe falar sobre protagonismo, Maria?"

A resposta de Maria a essa provocação de Fernanda sugere uma contradição entre a autonomia necessária ao protagonismo e a dependência de uma instituição legitimadora para sua realização. A contradição autonomia/ dependência institucional é percebida por Maria e textualmente construída pela relação adversativa estabelecida entre "você é protagonista" e "você tem que ter uma instituição-âncora", explicitamente marcada por "mas". A necessidade de legitimação institucional é fortalecida por modalização deôntica de obrigatoriedade ("você *tem que ter*"). Essa contradição é justificada pela circunstância de finalidade expressa em seguida: "para poder estar te auxiliando nesse protagonismo".

O mesmo significado é reforçado a seguir, quando Maria representa a necessidade de levar suas demandas a espaços de deliberação em nome de instituição que legitime as mesmas demandas ("Sabe, em nome de quem?"). Ao mesmo tempo, a própria organização da demanda é sugerida como algo a ser estabelecido no âmbito da "instituição-âncora", uma vez que a demanda feita fora da instituição é desqualificada na representação: "não adianta você ir lá e gritar: 'Ai, quero e pronto!'".

O trecho final da sequência denota o caráter incipiente da autonomia conquistada: "o protagonismo *é um pouco* você ser independente. Ser *um pouco independente* nas suas ações". Maria reorganiza a relação entre "um pouco" e "independente" no contexto do protagonismo juvenil quando modifica a oração expressa, corrigindo-a. Na primeira enunciação da oração, "um pouco" liga-se ao processo relacional, resultando uma modalização epistêmica baixa que mitiga a identificação expressa entre "protagonismo" e "você ser independente". Na oração reorganizada, "um pouco" passa a ser ligado ao atributo "independente", qualifica o atributo com uma intensidade baixa, modificando o valor da independência com a qual se identifica "protagonismo".

Se no primeiro caso o advérbio relativiza o valor da identificação expressa no processo, no segundo caso o processo é deixado absoluto, o que ganha valor relativo é o atributo. Essa relativização é coerente com a expressão anterior da dependência de uma "instituição-âncora" e com a questão levantada em seguida: "será que você é independente?". Maria encerra o excerto demandando, com alta modalização deôntica,

uma reflexão sobre isso. A essa reflexão dedicou-se minha pesquisa, cujo resultado tenho esperança seja útil para a mesma reflexão no contexto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Considerações Finais

No grupo focal, além do protagonismo como papel referencial na comunidade, emerge um significado de protagonismo como transmissão de conhecimento, como trajetória que implica aquisição de conhecimento numa instituição e sua expansão na comunidade. Essa definição de protagonismo encerra três relações de poder baseadas em conhecimento: (i) o/a aspirante a protagonista depende de um grupo, uma “instituição-âncora” para adquirir o conhecimento necessário à ação protagonista; (ii) o/a protagonista torna-se detentor/a de um conhecimento que sua comunidade não possui e é esse conhecimento que se torna um “diferencial” e faz dele/a “referência”; (iii) esse conhecimento é formulado fora da comunidade, trazido do centro para a periferia. Assim, de acordo com essa representação, a ação protagônica depende de conhecimentos formulados fora da comunidade, o que sugere uma relação de dependência da comunidade em relação à instituição, da periferia em relação ao centro. Essa dependência comunidade/ instituição se repete na relação estabelecida entre as jovens e o Movimento.

São construídos conceitos diferenciados de protagonismo em relação ao mundo da vida e à esfera pública. O protagonismo no mundo da vida refere-se às decisões rotineiras da vida cotidiana, ao passo que o protagonismo na esfera pública diz respeito aos espaços de deliberação política. A esfera pública subdivide-se no espaço institucional do movimento e nas esferas mais amplas, que ultrapassam esse ambiente institucional. Ainda em relação ao significado de protagonismo juvenil emergente na amostra, há a representação da necessidade de conquista de espaços fora da comunidade e fora do Movimento, nessas esferas amplas de ação política – primeiro pela percepção da juventude no Brasil, pois a “cultura adultocêntrica” não lhe permite efetiva participação em espaços de deliberação; segundo pela falta de legitimação profissional ou acadêmica, no caso de jovens considerados/as desqualificados, que lhes sirva de passaporte para a participação nesses espaços. O resultado é, mais uma vez, a dependência que se estabelece entre esses/as jovens e o Movimento, que cumpre o papel de legitimação de suas demandas.

A contradição entre a necessidade de autonomia para o desempenho da ação protagônica e a dependência de uma instituição legitimadora é o aspecto mais marcante do

recorte do grupo focal. A internalização dessa dependência pode ser o que impede essas jovens de buscar meios próprios de agir na comunidade quando se deparam com uma conjuntura de crise que impede o Movimento de lhes prover suporte para sua ação. A definição do Movimento, em tanto que instituição legitimadora, como “instituição-âncora” é sugestiva desse traço na relação: âncora aqui é aquilo que localiza, prestigia; mas âncora é também aquilo que prende, imobiliza.

Referências bibliográficas

- Bakhtin, Mikhail (1997), *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bakhtin, Mikhail (2002), *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- Bhaskar, Roy (1989), *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique Of The Contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Bourdieu, Pierre (2002), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loic (2005), *Una invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Cameron, Deborah *et al.* (1992), *Researching Language*. London: Routledge.
- Cameron, Deborah *et al.* (1994), “The relations between researcher and researched: Ethics, advocacy and empowerment”, in David Graddol *et al.* (orgs.), *Researching Language and Literacy in Social Context*. Clevedon; Philadelphia; Adelaide: The Open University, 18-25.
- Chouliaraki, Lilie (2005), “Media discourse and the public sphere”, *D.E.L.T.A.* 21 (especial). São Paulo, EDUC, 45-72.
- Chouliaraki, Lilie; Fairclough, Norman. (1999), *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Costa, Antônio Carlos (1998), *Protagonismo Juvenil*. Salvador: Fundação Odebrecht (mimeo).
- Demo, Pedro (2004), *Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber Livro.
- Fairclough, Norman (1989), *Language and Power*. New York: Longman.
- Fairclough, Norman (1997), “Discurso, mudança e hegemonia”, in Emília Ribeiro Pedro (org.), *Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa: Caminho, 77-104.
- Fairclough, Norman. (2000), “Discourse, social theory, and social research: The discourse of welfare reform”, *Journal of Sociolinguistics*, 4(2), 163-195.
- Fairclough, Norman (2001), *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fairclough, Norman (2003), *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.
- Fairclough, Norman (2006), *Language and Globalization*. London: Routledge.
- Fairclough, Norman; Jessop, Bob; Sayer, Andrew (2002), “Critical Realism and Semiosis”, *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5(1), 2-10.
- Foucault, Michel (1997), *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- Fowler, Roger (2004), “Sobre a Lingüística Crítica”, *Linguagem em (dis)curso*, 4 (número especial), 207-222.
- Gaskell, George (2005), “Entrevistas individuais e grupais”, in Martin W. Bauer; George Gaskell (orgs.), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Vozes, 64-89.
- Giddens, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gramsci, Antonio (1995), *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Habermas, Jürgen (2003), *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Halliday, Michael (2004), *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. revised by Christian Matthiessen. London: Arnold.
- Harvey, David (1992), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (2004), *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Magalhães, Izabel (2004), “Teoria crítica do discurso e texto”, *Linguagem em (dis)curso*, 4 (especial), 113-132.
- Magalhães, Izabel (2005), “Introdução: a Análise de Discurso Crítica”, *D.E.L.T.A.* 21 (especial). São Paulo: EDUC, 1-11.
- Martins, André Ricardo (2005), “Grupos excluídos do discurso da mídia: uma análise de discurso crítica”, *D.E.L.T.A.* 21 (especial). São Paulo: EDUC, 129-148.
- Melo, Eduardo (2001), “Aspectos sobre o trabalho forçado e o trabalho infantil no Brasil”, *Cadernos do CEAM*. Brasília: Núcleo de Estudos da Infância e Juventude, 51-58.
- MNMMR (2005), “Organização e formação de meninos e meninas”. Disponível na Internet. <<http://pages.apis.com.br/mnmmr/port/organiza.html>> Acesso em 14 fev. 2005.
- Morgan, David (1996), “Focus groups”, *Annual Review of Sociology*, 22, 129-152.
- Peters, Gabriel Moura (2006), “Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu”. Dissertação de Mestrado (Sociologia). Brasília: Universidade de Brasília.
- Resende, Viviane de Melo (2007), “Análise de Discurso Crítica: uma perspectiva transdisciplinar entre a Linguística Sistêmica Funcional e a Ciência Social Crítica”, in Leila Barbara; Tony Berber Sardinha (orgs.), *Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress*. São Paulo: PUC-SP, 1069-1081.
- Resende, Viviane de Melo; Ramalho, Viviane (2004), “Análise de Discurso Crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas”, *Linguagem em (dis)curso*, 5(2), 185-208.
- Resende, Viviane de Melo; Ramalho, Viviane (2006), *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- Thompson, John B. (1995), *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes.
- Van Dijk, Teun A. (1989), “Social cognition and discourse”, in Howard Giles; Peter Robinson (orgs.), *Handbook of Social Psychology and Language*. Chichester, Wiley, 163-183.
- Van Dijk, Teun A. (1996), “Discourse, power and access”, in Carmem Rosa Caldas-Coulthard; Malcolm Coulthard (orgs.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London. Routledge, 84-104.
- Van Dijk, Teun A. (2001), “Critical Discourse Analysis”, in Deborah Tannen; Deborah Schiffrin; Heidi Hamilton (orgs.), *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 352-371.
- Wodak, Ruth (1996), *Disorders of Discourse*. New York: Longman.
- Wodak, Ruth (2003a), “De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos”, in Ruth Wodak, Michael Meyer (orgs.), *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 17-34.
- Wodak, Ruth (2003b), “El enfoque histórico del discurso”, in Ruth Wodak; Michael Meyer, (orgs.), *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 101-42.